

da instituição, situando o Conselho Superior como instância planejadora e elaboradora de políticas e o Conselho Técnico-Administrativo como a instância executora. Um dos traços essenciais da FAPESP, ressaltou, é a cuidadosa seleção prévia dos projetos que poderão receber financiamento, realizada por meio do sistema de avaliação por pares. Em seguida, explicou a importância do sigilo que protege a identidade dos autores dos pareceres nos quais se apóia a decisão da FAPESP de financiar ou não um determinado projeto. “O sigilo é importante para melhorar a qualidade da avaliação, porque os especialistas sentem-se, assim, livres de constrangimentos para expressar o que realmente pensam sobre o projeto em exame”, comentou.

O presidente do Conselho Superior explicou aos deputados que a FAPESP, por lei, criou um patrimônio rentável, que lhe permite aplicar efetivamente em pesquisa um volume de recursos substancialmente maior do que o total de repasse do Tesouro. Pôde, assim, criar nos últimos anos 12 novos programas especiais, com destaque para os dois programas de Inovação Tecnológica, o Programa de Apoio ao Ensino Público e, agora, o de Pesquisas em Políticas Públicas (*ver matéria ao lado*).

Ao tratar da distribuição de recursos, Brito Cruz destacou o peso da participação dos projetos ligados às áreas de Saúde e de Engenharia, que refletem a importância que a pesquisa adquire no âmbito social e para o desenvolvimento tecnológico (*ver gráficos*). “Esse é um quadro bem diferente do passado, quando a Engenharia era a quinta ou a sexta área em financiamento”, observou. Brito Cruz citou também alguns projetos de inovação, entre eles o programa de português para correção de sintaxe desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em parceria com a Itautec, adotado como referência para a Microsoft. Do mesmo modo, o desenvolvimento de aços elétricos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) asseguram “o compromisso fortíssimo da FAPESP com a tecnologia”.

Seminários

O encontro serviu de subsídios para os debates do seminário *Uma Política de C&T para o Estado de SP: Uma Necessidade?*, desenvolvido em três etapas por duas comissões da Assembleia Legislativa: a de Cultura, Ciência e Tecnologia e a de Administração Pública. A primeira delas ocorreu no dia 10, logo depois da visita à FAPESP. Haverá outros dois encontros, nos dias 14 outubro e 11 de novembro, aos quais também são convidados representantes de universidades, institutos e agências de financiamento à pesquisa e empresas.

JUCA MARTINS PULSAR



PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Os primeiros projetos aprovados

Instituições de pesquisa, prefeituras e entidades civis começam a tratar problemas sociais em parceria

A FAPESP conclui mais uma etapa da estratégia de aproximação do sistema de ciência e tecnologia com a sociedade, ao anunciar, no dia 7 de outubro, os 61 primeiros projetos aprovados do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas (PP). Lançado no ano passado, o mais novo programa da Fundação faz parte de um plano de desenvolvimento de pesquisas que possam atender a demandas sociais concretas, iniciado há quatro anos com o Programa de Parceria para Inovação Tecnológica, que coloca em interação universidades e indústrias, e logo seguido por outros dois, o de melhoria do Ensino Público e o de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas.

Como os anteriores, o PP será regido pelo esforço de resolver problemas iminentes e relevantes. Terá, porém, uma abrangência maior. As pesquisas devem beneficiar a formulação e a implantação de políticas públicas em diversas áreas, como administração e gestão, ambiente, agricultura e pecuária, educação, saúde, cultura e história, entre outras. Os projetos aprovados, selecionados entre as 226 propostas recebidas, pretendem avaliar, por exemplo, o uso atual e o uso potencial do solo em São Carlos, o processo de municipalização dos serviços de saúde no Estado ou a relação entre os custos e os benefícios do tratamento integrado de água, esgoto e lixo. Devem também realizar um diagnóstico voltado à gestão da bacia hidrográfica do Rio Jundiá-Mirim ou propor formas de monitoramento de autogestão das cooperativas paulistas, de reformulação do ensino médio, uma tecnologia para previsão de ozônio na baixa atmosfera (*ver a relação dos projetos aprovados nas págs. 11 e 12*).

Com um modelo próprio, o PP vai funcionar por meio da interação de duas forças. Uma são os grupos de pesquisa, responsáveis pela aplicação do conhecimento e pela geração de novas frentes de pesquisa. A outra são as entidades parceiras, como prefeituras, fundações, autarquias, secretarias e órgãos de governo ou mesmo não-governamentais, às quais caberá a execução das medidas aprovadas nos projetos. “Esta é uma experiência inédita”, afirma o diretor científico da FAPESP, José Fernando Perez. “Não conheço qualquer referência nacional ou internacional semelhante.”

O Programa de Políticas Públicas, no qual a FAPESP investiu R\$ 924.890,00 neste primeiro momento, pretende promover um salto qualitativo na reflexão acadêmica, ao proporcionar uma visão mais concreta das necessidades sociais do Estado, nas mais diversas áreas em que as pesquisadores vão atuar. As entidades parceiras também devem ganhar, com a produção de metodologias de avaliação e de alternativas inovadoras de gestão pública. “Não pretendemos substituir a ação do poder público, mas balizar essa ação por meio da reflexão dos grupos de pesquisa”, destaca o diretor científico da FAPESP.

Na prática, os procedimentos de política pública poderão ser revistos, revigorados ou “oxigenados com o espírito científico”, segundo Paula Montero, coordenadora adjunta da FAPESP e responsável pelo processo de avaliação dos projetos, em conjunto com a diretoria científica. “Grande parte dos problemas de política pública é que as soluções se repetem continuamente, sem saber o

que está dando certo ou errado”, diz ela. A associação entre pesquisa e a demanda pública vai colocar a FAPESP numa posição estratégica para equacionar os problemas da sociedade. “O Programa de Políticas Públicas torna mais visível para a sociedade o papel da pesquisa”, afirma.

Ao longo do processo de avaliação dos projetos, Paula observou que muitas propostas tratavam de organizar a gestão pública, por meio da criação de banco de dados que facilitem o acesso a informações e mostrem por que as decisões funcionam ou não. “Um programa como esse é importante para o País”, diz ela. Também lhe chamou atenção, em mais de um projeto, a interdisciplinaridade, que reduz os esforços e multiplica os resultados, conciliando, por exemplo, química e educação ambiental, com base em pesquisas acadêmicas.

Os critérios

Nesta primeira versão do PP concorreram 226 propostas, entregues em outubro do ano passado e reduzidas para 162 na fase de pré-qualificação, realizada ao longo do primeiro semestre deste ano. A avaliação de cada projeto, realizada por dois assessores externos, levou em conta sobretudo a definição de objetivos, a metodologia e a experiência do coordenador do projeto e da equipe da entidade parceira. “Muitas propostas potencialmente boas não foram aprovadas por apresentarem objetivos excessivamente genéricos”, acentua Perez. Já a metodologia, conta Paula Montero, tinha de ser descrita e percebida como adequada ao problema apresentado. Tão importante quanto apresentar um problema relevante era descrever o projeto de uma pesquisa de boa qualidade.

Os pesquisadores responsáveis pelo projeto, que vão também coordenar a ação com as instituições parceiras, receberão um financiamento de até R\$ 30 mil na primeira fase, com duração de seis meses. Espera-se que nesse tempo a parceria amadureça a ponto de permitir a elaboração de diagnósticos ainda mais precisos sobre o problema apresentado. “Esperamos que os pesquisadores e a equipe parceira desenhem em conjunto o trabalho que interesse aos dois, com base no problema real”, diz Paula.

Encerrada essa fase, os projetos considerados aptos, após uma avaliação dos resultados obtidos, avançam para a segunda fase do programa, com duração de 24 meses, e receberão, cada um, até R\$ 200 mil. A FAPESP financiará apenas até a realização do projeto

em escala piloto. “Esperamos que o trabalho em conjunto culmine com a apropriação do conhecimento e da tecnologia exercitada para, no futuro, a instituição parceira poder resolver com autonomia problemas semelhantes”, comenta Paula.



O reservatório: após o projeto de saneamento, o desafio é encontrar formas conjuntas de administração e proteção ambiental

Gestão compartilhada da represa de Guarapiranga

Há avaliações positivas a respeito do programa de recuperação da qualidade da água da represa de Guarapiranga, um dos maiores reservatórios da região metropolitana de São Paulo, que termina este ano. Ocorreram avanços no saneamento ambiental e na urbanização das favelas próximas. Como resultado dos investimentos de cerca de US\$ 300 milhões, cessou a degradação acelerada da sub-bacia hidrográfica de Guarapiranga, que ocupa uma área de 630 quilômetros quadrados, nos municípios de São Paulo, Embu e Itapeverica da Serra, e integra a Bacia do Alto Tietê.

Mas ainda existem situações cujo desfecho é incerto. O cientista político Ricardo Toledo Neder, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), está preocupado especialmente com a passagem do modelo interno de gestão do programa, aplicado

nos últimos anos tão-somente pelo poder público, para um modelo de gestão compartilhada, entre os municípios ligados à represa, as entidades da sociedade civil e os órgãos estaduais, de acordo com a nova lei de proteção dos mananciais, de novembro de 1997.

Com apoio da FAPESP, Neder pretende acompanhar a implantação do chamado Plano de Desenvolvimento de Proteção Ambiental (PDPA) de Guarapiranga, que prevê a gestão compartilhada, ao longo do trabalho que ele coordena, intitulado *Sistema de Diagnóstico e Avaliação de Projetos Executados por Municípios, Órgãos Estaduais e Associações de Sociedade Civil no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê*, no âmbito do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas. “O projeto tem a pretensão de ajudar os membros da sociedade com informações e propostas, para que possam elaborar suas dificuldades e assumir o papel de entidades ativas na gestão compartilhada”, diz o pesquisador.

Em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Instituto de Economia Agrícola da Unicamp, o projeto prevê também uma avaliação da eficácia de 77 projetos apresentados entre 1996 e 1998 ao comitê, financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos e executados por entidades da sociedade civil, prefeituras e órgãos do governo estadual. Como resultado, devem ser criados um sistema de acompanhamento dos projetos e uma base de dados, disponível no site do Comitê, com a finalidade de criar meios adequados para a tomada de decisões a respeito do uso do solo e dos investimentos relacionados às demandas sociais, como urbanização e preservação ambiental em regiões de manancial.

A SELEÇÃO FINAL		
Áreas	Projetos	
	pré-qualificados	aprovados
Administração, Economia e Trabalho	35	14
Agricultura e Pecuária	9	2
Ambiente	28	13
Cultura, Habitação, Patrimônio, Transporte e Urbanismo	10	7
Direito, Segurança, Justiça e Movimentos Sociais	8	2
Educação	23	10
História e Arquitetura	5	4
Saúde	32	9
Subtotal	150	
Não apresentaram projetos	12	
TOTAL	162	61

COORDENADOR	INST. PROPONENTE	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	TÍTULO
ABRAHAM SIN OIH YU	IPT	Sec. da Saúde de SP	Demanda de Tecnologia no Setor de Saúde: Subsídios para Políticas Públicas
AKEMI INO	EESC - USP	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal de SP	Habitação Social em Madeira de Reflorestamento como Alternativa Econômica para Usos Múltiplos da Floresta
ANA CRISTINA DE ALMEIDA FERNANDES	UFSCAR	Fundação Parque de Alta Tecnologia São Carlos - ParqTec	Formulação de Análises e Políticas Setoriais: Empresas de Base Tecnológica
ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO	FFLCH - USP	Arquivo de SP	Um Sistema de Gestão Documental para SP
ANTONIO CARLOS COELHO CAMPINO	FEA - USP	I. da Saúde da Sec. de Estado da Saúde	Avaliação do Processo de Municipalização dos Serviços de Saúde SP
ARISTIDES ALMEIDA ROCHA	FSP/USP	SABESP	Capacitação Técnica de Agentes, Educação Ambiental da População Local e Indicadores de Saneamento e Saúde Pública: Estratégias para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Sistema Cantareira
BERNARDO ARANTES DO N. TEIXEIRA	CCET/UFSCar	Prefeitura de Jaboticabal	Incorporação dos Princípios e Indicadores da Sustentabilidade na Formulação de Políticas Urbanas em Pequenos e Médios Municípios.
CARLOS ALBERTO VOGT	I. UNIEMP	Prefeitura de São João da Boa Vista	Gestão Tributária e Acompanhamento da Execução Orçamentária Municipal
CELESTINO ALVES DA SILVA JÚNIOR	Faculdade de Filosofia e Ciências -Unesp/Marília	Delegacia de Ensino de Penápolis	Organização das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental da D.E. de Penápolis em Ciclos: Estudos e Propostas.
CELIA REGINA DE GOUVEIA SOUZA	I. Geológico	Sec. do Meio Ambiente de SP	Sistema Integrador de Informações Geoambientais para o Litoral do Estado de SP com Aplicação ao Gerenciamento Costeiro (SIIGAL)
CHESTER LUIZ GALVÃO CESAR	FSP da USP	Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Sec. de Estado da Saúde de São Paulo	Inquérito de Saúde no Estado de SP - Inquérito Domiciliar, de Base Populacional, em Municípios do Estado de SP, 1999-2000.
DILZA MARIA BASSI MANTOVANI	I. de Tecnologia de Alimentos	Coord. da Defesa Agropecuária	Avaliação da Qualidade na Piscicultura Paulista. I - Avaliação Química e Microbiológica.
ELISEU SAVÉRIO SPOSITO	FCT / UNESP	Prefeitura de Presidente Prudente	Sistema de Informação para a Tomada de Decisões Municipais
ELSE BENETTI MARQUES VÁLIO	F. B. /PUC-Campinas	Sec. Municipal de Educação/Prefeitura de Campinas	Implantação de Rede de Biblioteca Pública: uma Proposta de Política Educacional de Promoção da Leitura para Moradores de Bairros Periféricos de Campinas
EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA	Embrapa	Sec. da Agricultura e do Abastecimento de SP	Desenvolvimento de Métodos para Avaliar Resultados e Gerar Indicadores de Desempenho das Políticas da Sec. da Agricultura e do Abastecimento de SP
FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES	FEA-USP	Banco do Povo de Santo André	Microcrédito: Experiências e Potencialidades
FLAVIO JOSE NERY CONDE MALTA	Universidade de Taubaté	Prefeitura de São Sebastião	Política de Habitação e Desenvolvimento Urbano para o Município de São Sebastião
GISELA YUKA SHIMIZU	IB/USP	CETESB	Uso de Índices Biológicos no Biomonitoramento de Ambientes Aquáticos Continentais - Riachos de Cordeira
HUGO PIETRANTONIO	EP da USP	Companhia de Engenharia de Tráfego/São Paulo	Estudo sobre o Impacto no Tráfego Veicular das Medidas de Melhoria da Segurança de Pedestres
HYUN MO YANG	Inst. Mat., Est. e Comp. Científica / UNICAMP	Superintendência de Controle de Endemias - Serviço Regional 11/Marília	Estudo dos Fatores Biológicos, Sociais e Ambientais para a transmissão da Dengue para Delinear Mecanismos de Controle e Prevenção - Epidemiologia Quantitativa
ISAK KRUGLIANSKAS	FEA - USP	SABESP	Estudo Piloto para Avaliação dos Custos/benefícios Associados ao Tratamento Integrado de Água Esgotos e Lixo pela SABESP
JENER FERNANDO LEITE DE MORAES	I. Agrônomo de Campinas	Prefeitura de Jundiá	Diagnóstico Agroambiental para Gestão e Monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá-Mirim
JOÃO GUALBERTO DE AZEVEDO BARING	IPT	PM São Paulo-Sec. Municipal da Saúde ARS-2 Lapa/Butantã	NOAS-Programa/Conscientização para a Diminuição do Ruído nas Escolas: uma Preocupação do Poder Público com a saúde Auditiva das crianças e a Melhoria do Rendimento Escolar
JOSÉ CARLOS BARBIERI	EAESP/Fundação Getúlio Vargas	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal de SP	Proposição de Política Pública a partir de Modelos de Avaliação e Gestão de Impactos Sócio-Ambientais da Visitação Pública nas Unidades de Conservação DE SP
JOSÉ LUIZ DE MORAIS	Museu de Arqueologia e Etnologia - USP	Prefeitura de Piraju	Políticas Públicas do Município de Piraju: o Patrimônio Ambiental e Cultural como Bens de Uso Comum do Povo (Diagnóstico, Gestão e Avaliação)
JOSÉ LUIZ TIMONI	I. Florestal	Fundação Florestal	Metodologia de Cursos de Educação Ambiental Frente aos Parâmetros Curriculares Nacionais nos Vales do Paraíba e do Ribeira - SP
JOSÉ VICENTE DA SILVA FILHO	I. Fernand Braudel de Economia Mundial	I. Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente	A Prevenção da Violência Através da Polícia Comunitária
JOYCE MARY ADAM DE PAULA E SILVA	IB-UNESP-RIO CLARO	Prefeitura de Rio Claro-Sec. de Educação	Subsídios para a Implementação de um Centro de Aperfeiçoamento e Inovações Pedagógicas
LILIA BLIMA SCHRAIBER	FM - USP	Sec. de Estado da Saúde	Ocorrência de Casos de Violência Doméstica e Sexual nos Serviços de Saúde em São Paulo e Desenvolvimento de Tecnologia de Atendimento para Programas de Saúde da Mulher
LINAMARA RIZZO BATTISTELLA	FM - USP	PUC/FM de Sorocaba	Implementação de Avaliação da Incapacidade no Paciente Hemiplégico e a Intervenção Hospitalar
LISETE REGINA GOMES ARELARO	FE - USP	Sec. Municipal de Educação da Prefeitura de Campinas	Diversidade e Exclusão: Conhecendo Melhor quem as Vivencia e Construindo Alternativas de Inclusão

COORDENADOR	INST. PROPONENTE	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	TÍTULO
LUCIANO ANTONIO PRATES JUNQUEIRA	PUC/SP	Prefeitura de São Lourenço da Serra-SP	Gestão Intersetorial das Políticas Sociais no Município de São Lourenço da Serra/SP
LUÍS CARLOS DE MENEZES	I. de Física/ USP	Sec. de Estado da Educação de SP	Projeto Pedagógico para a Reformulação do Ensino Médio (PROMEDIO)
MARCELO PEREIRA DE SOUZA	EESC / USP	Prefeitura de São Carlos	Uso Atual e Uso Potencial do Solo no Município de São Carlos, SP - Base do Planejamento Urbano e Rural
MÁRCIO POCHMANN	CESIT - UNICAMP	Sec. de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT/SP	Gestão das Políticas Públicas de Emprego e Renda no Estado de SP
MARCOS SORRENTINO	ESALQ/USP	Sec. do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo	Avaliação de Processos Participativos em Programas de Educação Ambiental: Subsídios para o Delineamento de Políticas Públicas
MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO	Museu de Arqueologia e Etnologia/USP	Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul	Musealização da Arqueologia e a Preservação dos Lugares da Memória como Fator de Revitalização Urbana: o Caso de São Caetano do Sul,SP*
MARIA ESTHER FERNANDES	UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto	Sec. Municipal do Bem-Estar Social de Ribeirão Preto	Bairros Periféricos: Integração ou Marginalidade? Tentativa de Diagnóstico do Universo de Vida das camadas Populares
MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY	PUC/SP	Secr. de Cidadania e Ação Social Prefeitura de Santo André	Desafios da Gestão Social Pública: Impacto Social e de Renda Mínima Familiar Cidadã da Prefeitura de S. André - Estratégias de Articulação Municipal no Âmbito do Programa
MARINA VIEIRA DA SILVA	ESALQ/USP (Campus Piracicaba)	Prefeitura de Piedade - SP	Programa de Apoio à Agroindústria, Abastecimento e Alimentação no Município de Piedade, São Paulo. Instituições Parceiras: USP/ESALQ e PM de Piedade
MARTA SILVA CAMPOS	Faculdade de Serviço Social PUC- São Paulo	Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania	Consolidação da Política de Atendimento às Vítimas da Violência Urbana, Baseada na Demanda Real e na ação articulada entre os Diversos Setores do Governo de SP (Segurança, Justiça e Cidadania, Saúde e Assistência Social)
NADYA ARAUJO CASTRO	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	Prefeitura de Santo André	Gestão Local, Empregabilidade e Equidade de Gênero e Raça: uma Experiência de Política Pública na Região do ABC Paulista
NELSON BATISTA MARTIN	I. de Economia Agrícola	Prefeitura de Piraju - SP	Desenvolvimento de um Sistema de Suporte à Elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal (PDAM)
NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN	FE da UNICAMP	Prefeitura de Vinhedo/ Sec. Municipal de Educação e Cultura	Sistematização de Experiências, Diagnóstico Local e Formulação de Modelo de Gestão para Viabilização das Novas Competências do Sistema Público de Ensino Municipal no SP
OLÍMPIO JOSÉ NOGUEIRA VIANA BITTAR	Faculdade de Ciências Médicas -Santa Casa de SP	I. de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual	Avaliação do Serviço de Assistência Domiciliar do HSPE-IAMSPE e Propostas para sua Ampliação no Âmbito do Serviço Público
PAULO NOGUEIRA NETO	USP	Fundação Florestal para a Conservação e a Produção Florestal de SP	Áreas Especialmente Protegidas no SP: Levantamento e Definição de Parâmetros para Administração e Manejo como Subsídio a Políticas Públicas de Gestão Ambiental
PEDRO ROBERTO JACOBI	PROG. DE PÓS-GRAD. CIÊNCIA AMBIENTAL -USP	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais NEPAM/UNICAMP e Prefeituras	Políticas Públicas e Fortalecimento da Cidadania-Quatro Experiências de Busca de Sustentabilidade Sócio-ambiental no Nível da Administração Local
RAQUEL GLEZER	FFLCH - USP	Divisão de Arquivos do Estado/Sec. de Estado da Cultura -Núcleo de Ação Educativa	A Utilização de Documentação Histórica no Ensino de História
RAQUEL ROLNIK	PUC de Campinas	Instituto Pólis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	Programa de Capacitação de Agentes Públicos e Sociais para a Formulação de Políticas Locais de Regulação Urbanística
RICARDO DE SOUSA MORETTI	IPT	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza- CEETPS	Transformações Tecnológicas na Construção de Edificações e seus Impactos no Ensino Técnico
RICARDO FERRAZ DE OLIVEIRA	ESALQ - USP	Sec. Municipal de Campinas Prefeitura de Campinas	Educação Ecológica na Rede de Ensino Municipal de Campinas Através da Prática de Cultivo e Uso de Plantas Medicinais num Herbário Resgatando às Crianças e Adolescentes o Respeito à Natureza
RICARDO TOLEDO NEDER	UNICAMP	Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê	Sistema de Diagnóstico e Avaliação de Projetos Executados por Municípios, Órgãos Estaduais e Associações da Sociedade Civil no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê
ROBERTO GUARDANI	EP DA USP	CETESB	Desenvolvimento de Tecnologia para Previsão de Ozônio na Baixa Atmosfera
SARAH FELDMAN	EESC/ USP	Sec. do Planejamento do Território e do Meio Ambiente da Prefeitura de Franca	Programas de Gestão Integrada para o Município de Franca
SEMÍRAMIS MARTINS ÁLVARES DOMENE	FCM - PUC-Campinas	Sec. de Educação - Prefeitura de Campinas	Indicadores de Qualidade para os Programas de Alimentação da Sec. de Educação do Município de Campinas, SP
SERGIO LUIZ MONTEIRO SALLES-FILHO	IG/UNICAMP	Sec. de Agricultura e Abastecimento - Conselho Superior da Pesquisa Agropecuária	Políticas Públicas para a Inovação Tecnológica na Agricultura de SP: Métodos para Avaliação de Impactos e Priorização da Pesquisa
SIGISMUNDO BIALOSKORSKI NETO	FEA-RP - USP	Organização das Cooperativas de SP - OCESP	Projeto de Estabelecimento de uma Política Institucional de Monitoramento da Autogestão das Cooperativas de SP
SOLANGE PUNTEL MOSTAFA	F.Biblioteconomia/ PUC-Campinas	Sec. Municipal de Educação/ Prefeitura de Campinas	Políticas Públicas Municipais em Campinas : Geração de Base de Dados Multimídia
TARCÍSIO ELOY PESSOA DE BARROS FILHO	IOT-HC-FMUSP	Sec. de Estado da Saúde de SP	Centro de Atendimento ao Traumatizado Raquimedular CENATRA
WALTER BELIK	UNICAMP	Prefeitura de Rio Claro - SP	A Distribuição in Natura no Município de Rio Claro-SP: uma Análise das Mudanças no Ambiente Institucional

Mais bibliotecas nos bairros

A bibliotecária Gláucia Maria Mollo Pécora, coordenadora das bibliotecas públicas de Campinas, observou, durante anos, que a biblioteca pública municipal, ao lado da prefeitura, era procurada por cerca de 700 estudantes às vésperas de entrega de trabalhos escolares sobre datas comemorativas, como o dia do Folclore ou do Índio. Depois, a frequência caía pela metade. “Para fazer trabalhos de escola, os alunos vêm de longe”, diz ela. “Mas não saem dos bairros para buscar um livro ou ler jornal.” Insatisfeita com a situação, procurou outra bibliotecária, Else Benedetti Marques Válio, professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, que concordava com ela: para uma cidade com quase um milhão de habitantes, é pequena demais a atual rede de bibliotecas, formada por uma unidade central, duas de bairro e uma infanto-juvenil.

Juntas, as duas bibliotecárias elaboraram o projeto *Implantação de Rede de Biblioteca Pública: uma proposta de política educacional de promoção da leitura para moradores de bairros periféricos de Campinas*, por meio do qual pretendem preparar cuidadosamente a ampliação da atual rede de bibliotecas e será conduzido em conjunto por uma equipe de bibliotecárias da PUC e da Secretaria Municipal de Educação.

Acervos apropriados

A professora Else, responsável pela coordenação da pesquisa, conta que não se trata apenas de escolher entre os 850 bairros de Campinas os mais indicados para a implantação de bibliotecas setoriais, mas sim de conhecer as necessidades e os interesses de leitura de cada comunidade, examinados por meio de uma pesquisa de campo e testados, numa etapa seguinte, por meio de um estudo piloto. Num bairro industrial, a princípio, o acervo seria voltado mais para máquinas e tecnologias, por exemplo. “Pretendemos atender aos interesses dos moradores de bairro e, ao mesmo tempo, propor um acervo culturalmente enriquecedor”, diz Else.

À medida que o projeto avança, as bibliotecas podem deixar de atender apenas os estudantes e atrair também a comunidade dos bairros, com o incentivo à leitura conjugado com atividades de música e teatro. “As bibliotecas setoriais podem atender a diversos públicos”, lembra Gláucia, em cujo mestrado recém-concluído comprovou que as tais pesquisas escolares não passam, geralmente, de simples cópia de livros ou enciclopédias. O levantamento dos interesses dos moradores dos bairros deve auxiliar a Secretaria de Educação na implantação das novas bibliotecas e indicar um rumo também para aperfeiçoar as pesquisas escolares e evitar as filas às vésperas da entrega dos trabalhos escolares.



FOTO GABRIELA ZAUITH

Maria Esther, no Horto: conhecendo como os moradores dos bairros periféricos perdem ou mantêm as raízes culturais e são aceitos pelos vizinhos

O perfil da cidadania em Ribeirão Preto

Conhecer um grupo de pessoas apenas pelo perfil socioeconômico, como normalmente se faz, é muito pouco para a socióloga Maria Esther Fernandes, professora aposentada da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Franca em 1996, que leciona atualmente a disciplina Medicina, Sociologia e Humanismo para futuros médicos na Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). À frente do projeto *Bairros periféricos: integração ou marginalidade? Tentativa de diagnóstico do universo de vida das camadas populares*, pretende caracterizar o perfil da cidadania, constituído pelos costumes, valores, desejos e a memória perdida, mantida ou reconstruída, dos moradores de bairros distantes do centro de Ribeirão Preto, uma cidade de quase 600 mil moradores.

Maria Esther, que trabalha em pesquisa de campo desde 72, incluindo um período em regiões agrícolas do interior da França, pretende realizar pesquisas qualitativas com no máximo 500 moradores e um levantamento de documentação em creches e igrejas de três bairros da periferia, o Horto, o Conjunto Anhangüera e o Jardim Avelino Alves Palma. São áreas peculiares, embora igualmente marcadas pela pobreza e pela violência. O Horto era uma área destinada à preservação ambiental, ocupada em novembro de 1996 por moradores sem-teto. Ali, atualmente, residem cerca de 2 mil famílias, a maioria formada por migrantes do Nordeste. Os outros bairros são mais antigos. O Jardim Avelino é um conjunto habitacional entregue à população em agosto de 1982 e o Conjunto Anhangüera originou-se de um loteamento de uma

fazenda. Em ambos, os moradores provêm geralmente de outras cidades de São Paulo ou de Minas Gerais.

Integração à cidade

No Conjunto Anhangüera, há uma favela, o Jardim Zara, com cerca de 5 mil habitantes, cujo impacto chama a atenção de Maria Esther. “Os moradores da favela parecem se sentir parte de um universo muito próprio, enquanto os moradores dos bairros vizinhos se sentem invadidos pela proximidade deles”, observa a pesquisadora. Há outras questões que ela pretende resolver. Até que ponto ocorreu o desenraizamento cultural dos moradores desses bairros? Como recriam o cotidiano? De que recursos se valem para reconstruírem as raízes no novo solo? São aceitos pelos vizinhos? Que forças os segregam ou os integram aos bairros e à cidade?

O estudo da migração para a periferia das cidades não é, em si, novo, reconhece a pesquisadora. A intenção da pesquisadora da Unaerp, em parceria com Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento, é aplicar os conhecimentos já consolidados para conhecer as implicações desse fenômeno na vida dos moradores de Ribeirão Preto. Segundo ela, as informações sobre a fisionomia dos bairros, a seu ver, poderão servir para uma revisão da política administrativa do município. “Uma pesquisa desse teor poderá apontar possíveis contradições entre as políticas sociais, cuja racionalidade pode estar distante das expectativas da população, e a qualidade de vida dos moradores desses bairros”, comenta.